

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES  
E-WORKING PAPER N.º.1/2023

PROCESSOS DE CLASSIFICAÇÃO E DE CATEGORIZAÇÃO DA  
DIVERSIDADE CULTURAL E MIGRATÓRIA DAS POPULAÇÕES NO  
CONTEXTO EUROPEU

ANA FILIPA CÂNDIDO  
TERESA SEABRA

## **COMO CITAR**

Cândido, Ana Filipa; e Teresa Seabra (2023), "Processos de Classificação e de Categorização da Diversidade Cultural e Migratória das Populações no Contexto Europeu", Observatório das Desigualdades e-Working Papers, N°1/2023: CIES-Iscte, ISSN 2183-4199, doi: 10.15847/CIESODWP012023.

Disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.com/working-papers-od/>

## **TÍTULO**

Processos de Classificação e de Categorização da Diversidade Cultural e Migratória das Populações no Contexto Europeu

## **RESUMO**

O debate em torno da classificação e da categorização da diversidade cultural e migratória das populações que vivem no espaço europeu tornou-se mais relevante e complexificou-se na presente década. Este debate é marcado por falta de consenso sobre que indicadores devem ser recolhidos para caracterizar a origem das populações. A falta de orientações específicas e as diferentes formas de classificação contribuem para uma heterogeneidade de categorias utilizadas para caracterizar a origem das populações, concebendo-se diferentes formas de ler e observar a realidade da diversidade cultural e migratória em cada país. Neste quadro, o principal objetivo deste documento de trabalho é proceder ao levantamento dos processos de classificação e de categorização da diversidade cultural e migratória das populações, em curso nos países europeus. O texto está organizado em três secções. Na primeira analisam-se os indicadores recolhidos nas estatísticas oficiais (censos) dos países europeus para classificar e categorizar a origem das populações. Na segunda alarga-se a análise aos modelos de classificação e de categorização das populações de origem imigrante utilizados na produção de conhecimento científico. Por último, considerando que todos estes processos analíticos transportam desafios, dilemas e problemas, sintetizam-se os principais problemas presentes nos esquemas de classificação e de categorização, organizados em quatro dimensões: (i) os problemas político-jurídicos; (ii) os problemas de reducionismo; (iii) os problemas de comparabilidade; e (iv) o problema da exterioridade.

**Palavras-chave:** Classificação – Categorização – Origem Imigrante – Diversidade cultural

## **TITLE**

### **PROCESSES OF CLASSIFICATION AND CATEGORISATION OF THE CULTURAL AND MIGRATORY DIVERSITY OF POPULATIONS IN THE EUROPEAN CONTEXT.**

## **ABSTRACT**

The debate on the classification and categorization of the cultural and migratory diversity of populations living in the European space has become more relevant and complex in the present decade. This debate lacks consensus regarding which indicators should be collected to characterise the origin of populations. The absence of specific guidelines and the many ways of classifying and categorising contributes to a heterogeneity of categories used in reference to the origin of populations, conceiving different ways of reading and observing the reality of cultural diversity in each country. In this framework, the main objective of this working paper is to explore the processes of classification and categorisation of the cultural and migratory diversity of populations in European countries. The paper is organised in three sections. First, we analyse the indicators collected in official statistics (Census) of European countries to classify and categorise the origin of populations. Then, in the second section, we extend the analysis to the schemes of classification and categorisation of populations origin in the production of scientific knowledge. Finally, considering all these analytical processes carry challenges, dilemmas and problems, we outline the main problems of the classification and categorisation schemes in four dimensions: (i) political-legal problems; (ii) problems of reductionism; (iii) problems of comparability; and (iv) the problem of exteriority.

**Keywords:** Classification – Categorisation – Immigrant Origin – Cultural diversity

## ÍNDICE

Introdução .....	1
1. As classificações e as categorizações da origem das populações nas estatísticas de recolha censitária .....	5
Os censos em portugal.....	19
2. As classificações e as categorizações da origem populações na produção científica .....	23
3. Fragilidades e dilemas dos processos de classificação e de categorização .....	28
Problemas político-jurídicos .....	29
Problemas de comparabilidade.....	31
Problemas de reducionismo .....	32
Problemas de exterioridade .....	34
Reflexões finais.....	36
Bibliografia .....	42
ANEXO I.....	47

# PROCESSOS DE CLASSIFICAÇÃO E DE CATEGORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL E MIGRATÓRIA DAS POPULAÇÕES NO CONTEXTO EUROPEU

Ana Filipa Cândido

CIES-Iscte

Teresa Seabra

CIES-Iscte

## INTRODUÇÃO

O debate em torno da classificação e da categorização<sup>1</sup> da diversidade cultural e migratória das populações que vivem no espaço europeu tornou-se mais relevante e complexificou-se em consequência do acentuar da diversidade cultural das sociedades europeias (Oliveira, 2017), como efeito das segundas gerações, do aumento dos casamentos binacionais e da diversidade de origens nacionais envolvidas nas migrações internacionais (Crul e Schneider,

---

<sup>1</sup> Classificar é um modo de organizar sistemática e logicamente a diversidade de uma população com base num mesmo critério explícito. A classificação permite definir classes mutuamente exclusivas e não-sobrepostas com base nesse critério único. Por sua vez, a categorização divide o mundo da experiência em grupos (ou categorias) cujos membros têm alguma semelhança/similaridade. O processo de categorização não depende de definições predeterminadas e as categorias podem ser definidas usando critérios diferentes. Por exemplo, num processo de categorização étnica é possível definir um grupo usando a semelhança da cor da pele (afro-americano) e outro em que a semelhança relevante passa a ser linguística (hispânico). No caso dos indicadores de origem das populações sobre os quais se debruça o presente texto estamos perante processos de classificação e de categorização conforme o tipo de indicador utilizado (por exemplo, o país de nascimento ou cidadania diz respeito a processos de classificação e os indicadores de caráter étnico-racial correspondem a processos de categorização). Neste quadro, embora se reconheça a similaridade dos processos, muitas vezes utilizados de forma sinónima na literatura científica, para salvaguardar a referência a ambos os processos, optou-se por utilizar ambos os termos ao longo do texto. Para melhor entender as diferenças entre os dois processos, ver Jacob (2004).

2010; Sowa-Behtane, 2017; King *et al.*, 2010). A intensificação do debate sobre a classificação e a categorização da origem das populações tem-se realizado tanto na literatura científica como no discurso público e político (Simon, Piché e Gagnon, 2015; Piketty, 2021), sendo marcado por falta de consenso sobre que indicadores devem ser recolhidos para caracterizar a origem das populações. Em termos gerais, divide-se entre, por um lado, os que argumentam ser suficiente integrar indicadores de origem nacional, como o país de nascimento e o país de cidadania e, por outro lado, aqueles que defendem ser necessário acrescentar indicadores de caráter étnico.

Existe uma heterogeneidade de formas de classificação e de categorização das populações imigrantes e dos seus descendentes, bem como das categorias usadas na recolha de dados. Nacional e internacionalmente – no plano estatístico, administrativo e científico – existem diferentes práticas de classificação e categorização destas populações que variam em função da história de cada país (Mateus, 2013b: 7), do critério escolhido, do tipo de instrumentos de recolha de informação e dos propósitos ou objetivos da recolha de dados (Balestra e Fleisher, 2018; Simon, 2012). A falta de orientações específicas e as diferentes formas de classificação contribuem para uma heterogeneidade de categorias utilizadas em referência às populações de origem imigrante, concebendo-se diferentes formas de ler e observar a realidade da diversidade cultural em cada país. Quer isto dizer que a visibilidade das populações de origem imigrante depende, em parte, do que iluminam e ocultam as categorias utilizadas por cada país. Neste quadro, torna-se relevante dar conta dessas diferenças, particularmente no espaço europeu, assim como as suas implicações.

A recolha de dados sobre a origem das populações é uma prática que tem sido recomendada por inúmeras organizações internacionais nas últimas duas décadas (Balestra e Fleisher, 2018: 14): desde a pioneira Recomendação

Política Geral da Comissão Europeia contra o Racismo e Intolerância<sup>2</sup> (ECRI, 1996), às inúmeras Recomendações para os Recenseamentos da População e da Habitação por parte da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa<sup>3</sup> (por exemplo, UNECE, 2006; 2015; 2017). Nas recomendações de 2015 é referido que “dados sobre as características étnico-culturais da população são de relevância acrescida para os países da região UNECE, particularmente no contexto de desenvolvimento de políticas de migração, integração, igualdade e minorias.” (UNECE, 2015: 148). Inclusive o Grupo de Alto Nível da União Europeia sobre Não-Discriminação, Igualdade e Diversidade criou um subgrupo sobre Dados de Igualdade para auxiliar os Estados Membros a melhorarem a recolha e a utilização de dados sobre igualdade, desagregados por origem étnica e racial e elaboraram um guia nesse âmbito (Comissão Europeia, 2021). Refira-se ainda que a Diretiva da Igualdade Racial (2000/43/EC de junho de 2000), que implementa o princípio de igualdade de tratamento entre as pessoas independentemente da sua origem, foi importante na discussão que se originou em torno das estatísticas de carácter étnico (Al-Zubaidi, 2020).

Apesar de largamente recomendada a recolha de dados sobre a origem das populações, não existem orientações específicas e objetivas sobre que variáveis recolher, ficando ao critério de cada país. As Nações Unidas dizem que providenciar orientações para definir e medir a etnicidade é complicado, por duas ordens de razão. Primeira, a “eticidade” pode ser medida por vários conceitos – ancestralidade, origem, identidade étnica, origem cultural, nacionalidade, “raça”<sup>4</sup>, cor, estatuto de minoria, tribo, língua, religião – ou por várias combinações destes conceitos. Segunda, os países coletam dados de

---

<sup>2</sup> Sigla original: ECRI – European Commission against Racism and Intolerance.

<sup>3</sup> Sigla original: UNECE – United Nations Economic Commission for Europe.

<sup>4</sup> O termo ‘raça’ é aqui utilizado enquanto construto social, não como uma categoria biológica. Neste sentido, a utilização do termo neste texto não subscreve a ideia que existe “raça”. Para uma discussão crítica sobre este termo e a sua utilização no campo científico ver Morning (2014).

diferentes formas, sob diferentes terminologias, e com diferentes motivações/razões, e porque têm composições étnico-culturais variáveis, e, assim sendo, nenhum critério internacionalmente relevante ou classificação pode ser recomendado (Nações Unidas, 1998 em Morning, 2008). Salienta-se ainda que a complexidade da recolha está ainda relacionada com a variedade de atores envolvidos: grupos minoritários, estatísticos, entidades/organizações de proteção de dados, órgãos de igualdade e *policymakers* (Farkas, 2017: 6). Ainda assim, recentemente, no guia desenvolvido pela Comissão Europeia (2021:42) são propostos oito princípios,<sup>5</sup> com o objetivo de tornar a recolha de dados mais uniforme para maximizar a comparabilidade, a validade e a confiabilidade.

Considerando a heterogeneidade de formas de classificar e de categorizar a origem das populações, no presente texto optou-se por utilizar três termos para distinguir entre a multiplicidade de indicadores que são utilizados neste âmbito: (i) os indicadores de origem nacional correspondentes ao país de cidadania e ao país de nascimento do próprio e/ou dos pais; (ii) indicadores de origem étnico-nacional em referência a indicadores de etnicidade e nacionalidade, sendo estes dois termos entendidos como sinónimos pelo facto de uma parte dos países europeus utilizarem este termo para se referirem a minorias étnicas (predominantemente nacionais). A similaridade conceptual dos termos nacionalidade e etnicidade será explicitada adiante no texto. Para não existir confusão entre os diferentes significados do termo nacionalidade,

---

<sup>5</sup> Os princípios são os seguintes: (i) Mapear as fontes de dados existentes que proporcionam informação sobre origem étnica e racial; (ii) Realizar uma avaliação dos potenciais utilizadores de dados desagregados por origem étnica ou racial; (iii) Alinhar definições, classificações e categorizações relacionadas com a origem racial e étnica e dados *mainstream* sobre origem étnica ou racial nos inquéritos nacionais e da União Europeia; (iv) Recolha e uso de dados de igualdade em plena conformidade com a Regulação de Proteção de Dados da União Europeia e com as regras nacionais de proteção de dados; (v) Como recolher informação sobre auto-identificação baseada na origem étnica ou racial; (vi) Utilizar informação *proxy* na recolha de dados sobre a origem étnico-racial quando a auto-identificação não é possível; (vii) Recolha de dados sobre experiências de discriminação baseadas na origem étnico-racial em áreas chaves da vida; (viii) Proporcionar um *budget* suficiente para inquéritos regulares que recolhem dados sobre origem étnico-racial, particularmente quando a recolha de dados administrativos não é possível.

distingue-se entre a nacionalidade e o país de cidadania, sendo este um dos indicadores de origem nacional; (iii) e, por último, indicadores de origem étnico-racial serve para referir indicadores que conjugam a etnicidade e a “raça” (entendida esta como traços fenotípicos). Esta arrumação é particularmente importante na análise que é realizada na secção referente às classificações e categorizações da origem das populações nas estatísticas oficiais.

Neste quadro, o principal objetivo deste *documento de trabalho* é proceder ao levantamento dos processos de classificação e de categorização das populações imigrantes e dos seus descendentes (entendidas no seu conjunto como populações com origem imigrante), em curso nos países europeus. Num primeiro momento, analisam-se os conceitos que subjazem aos esquemas de classificação e de categorização em cada país europeu, tendo por base a recolha censitária. No segundo momento, alarga-se a análise aos modelos de classificação e de categorização utilizados na produção de conhecimento científico. Por último, considerando que todos estes processos analíticos transportam desafios, dilemas e problemas, sintetizam-se os principais problemas presentes nos esquemas de classificação e de categorização, organizados em quatro dimensões: (i) os problemas político-jurídicos; (ii) os problemas de reducionismo; (iii) os problemas de comparabilidade; e (iv) o problema da exterioridade.

## **1. AS CLASSIFICAÇÕES E AS CATEGORIZAÇÕES DA ORIGEM DAS POPULAÇÕES NAS ESTATÍSTICAS DE RECOLHA CENSITÁRIA**

A maior parte dos países classifica ou categoriza a sua população através de categorias que têm por base, pelo menos, um dos seguintes conceitos: a “raça”, a etnicidade e a nacionalidade – esta última é denominada cidadania

no presente texto para não confundir com o termo nacionalidade, utilizado em muitos países como sinónimo de etnicidade (Morning, 2008; Balestra e Fleisher, 2018). Estes partilham a noção de ‘ancestralidade’ e de ‘descendência’, mas cada um se refere a informações e a dados diferentes: a “raça” tem por base traços físicos percebidos (ou traços fenotípicos), a etnicidade corresponde a práticas culturais ou crenças, e a nacionalidade ou naturalidade são definidas pelo estatuto de cidadania e pela localização geográfica (Morning, 2008: 241). Na Europa, o foco da recolha de dados em cada país tende a localizar-se na cidadania e na naturalidade, sendo estes os indicadores mais comumente utilizados, enquanto que a “raça” é o menos frequente, tanto nos Censos, como nos registos administrativos e nos inquéritos amostrais.

A opção de não recolher dados étnico-raciais por parte da maioria dos países na Europa é justificada por duas ordens de razões relacionadas. Primeira, porque historicamente este tipo de dados foram utilizados para excluir, discriminar e, por vezes, eliminar determinados grupos e indivíduos que eram identificados como minorias indesejadas. Assim, pós-1945 foi implementada uma estratégia com objetivo de abandonar e remover a “raça” e a etnicidade de todos os textos legais e representações coletivas (Simon, 2012: 2). Segunda, o medo de reificação de identidades heteroatribuídas, baseado na história de dominação e de racismo colonial, prevalece contra todas as outras considerações sobre o uso positivo de estatísticas étnico-raciais (Simon, 2012: 2; Al-Zubaidi, 2020: 66; Simon, 2017: 4-5).

No entanto, na recolha de dados tendo por base a origem étnico-racial das populações persiste uma tensão entre (i) os que argumentam que estas estatísticas fomentarão a *eticização* da sociedade e (ii) aqueles que evocam que as estatísticas atuais não têm a possibilidade de proporcionarem um retrato adequado da população, particularmente da população imigrante, não

dando conta das suas especificidades e obstáculos. Os primeiros acreditam que a recolha deste tipo de dados transporta mais riscos do que benefícios, enquanto os segundos defendem que a recolha deste tipo de dados permitiria discernir as desigualdades de natureza étnico-racial ou étnico-nacional em diferentes esferas sociais, reconhecer processos de discriminação em curso e contribuir para a criação e ativação de políticas de anti-discriminação que fomentem a igualdade de oportunidades (Farkas, 2017; Balestra e Fleisher, 2018; Al-Zubaidi, 2020; Comissão Europeia, 2021).

Simon, Piché e Gagnon (2015), através de Rallu, Piché e Simon (2006), distinguem especificamente seis tipos de abordagem estatal relativamente à recolha de dados sobre diversidade cultural: (i) a não-enumeração em nome da integração nacional; (ii) a não-enumeração em nome do multiculturalismo, justificando-a com a valorização do *mix* cultural); (iii) a enumeração para controlo político, associado historicamente com experiências de supremacia, colonialismo e imperialismo; (iv) a enumeração em nome do multiculturalismo, justificando-o com a apreciação do *mix* cultural; (v) a enumeração para sobrevivência no caso das minorias nacionais em perigo (ou ameaçadas) que usam as estatísticas étnicas para terem mais poder e manterem as suas especificidades culturais; e, por último (vi) a enumeração para justificar a ação positiva, uma posição mais recente que solicita a recolha de dados sobre a origem das população integrada numa política de igualdade mais ampla.

Para melhor conhecermos a diversidade de categorias, de sistemas de classificação e as diferentes terminologias utilizadas pelos países europeus, analisam-se as estatísticas oficiais de cada país, os Censos. Estes são as maiores e mais exaustivas operações estatísticas e, pelo facto de serem as estatísticas oficiais de caracterização das pessoas que habitam o país, as categorias utilizadas refletem e têm influência nas divisões da sociedade e nas representações sociais (Simon, Piché e Gagnon, 2015: 2). Por este motivo, as

categorias integradas devem ser cuidadas para não reforçarem eventuais estigmas em relação a grupos minoritários e consequentes divisões sociais.

Antes de se prosseguir com a descrição das classificações e das categorias utilizadas, é relevante explicitar, sucintamente, cada modalidade de recolha (ver Quadro 1). Há os *Censos clássico ou tradicional* correspondente “à recolha exaustiva de todas as unidades estatísticas através do preenchimento de questionários, em todo o país em simultâneo, sem recurso a ficheiros administrativos.” (INE, 2021: 6), que se realiza de 5 em 5 ou de 10 em 10 anos. Nos *Censos baseados em registos administrativos* não há recurso a operações de campo, nem utilização de questionários para recolha de informação. A informação censitária é produzida única e exclusivamente com base em dados administrativos, os quais estão em constante atualização. Nos *Censos combinados* há duas modalidades: (i) combinação entre registos administrativos e inquéritos por amostragem quando os registos não contêm toda a informação necessária; (ii) combinação entre modelo clássico com recurso a registos administrativos, neste caso a informação administrativa serve para melhorar a precisão das contagens e a qualidade dos registos, diminuindo também o tempo médio da entrevista/preenchimento. Nos *Rolling Census*, apenas utilizados em França, a população residente é dividida em cinco partes e cada uma é observada anualmente aplicando-se inquéritos por amostragem. Para mais informação sobre cada modalidade pode ser consultado o documento *Abordagem aos modelos censitários utilizados noutros países* (INE, 2021).

**Quadro 1.** Modalidade de recolha de dados censitários

<b>Modalidades</b>	<b>Características</b>
Censos clássico ou tradicional (CC)	Recolha exaustiva através de questionário próprio
Censos baseados em registos administrativos (CRA <sub>adm</sub> )	Exclusivamente com base em dados administrativos
Censos combinados (CComb)	Registos administrativos e inquérito por amostragem ou Censos clássico com apoio de registos administrativos
<i>Rolling Census (RC)</i>	A população é dividida em parcelas e em cada ano responde apenas a população de uma delas.

O Quadro 2 sintetiza as variáveis recolhidas nos Censos de cada país referentes aos indicadores de classificação e de categorização da origem das populações e o Quadro 3 apresenta as categorias utilizadas no caso dos países que recolhem dados sobre etnicidade, nacionalidade, raça e derivados, como afiliação étnico-nacional e identidade nacional. A informação apresentada é uma atualização da sistematização realizada por Simon (2012) sobre a recolha de dados referentes à origem das populações nas estatísticas oficiais na Europa. Tentou-se analisar os questionários dos Censos mais recentes (2021 – 2022), mas em alguns países não estavam ainda disponíveis à data da presente análise, seja porque ainda não foram realizados, seja por simplesmente não estar disponível. Nestes casos, assim como no caso dos países em que não foram encontrados os questionários dos Censos, nomeadamente na modalidade dos censos baseados em registos administrativos, completou-se com a informação disponível nos censos mais antigos, ou com aquela presente em Simon (2012) e Vilaroel et al. (2019).<sup>6</sup> Importa reiterar que neste texto se

---

<sup>6</sup> No anexo I é possível consultar as fontes que foram utilizadas para cada país. Por exemplo, no caso dos países do norte da Europa (Finlândia, Dinamarca, Noruega e Suécia), os censos com base nos registos administrativos já foram implementados há bastante tempo, datando os últimos censos tradicionais entre as décadas de 80 e 90, neste sentido assumiu-se que a informação presente no texto de Simon (2012) se encontra atualizada face aos indicadores de recolha de dados. Importa ainda evidenciar que houve ainda alguns países que aderiram recentemente aos censos com base nos registos administrativos, nomeadamente a Letónia, a Eslovénia e a Turquia. Nesses casos existe informação nas páginas

distinguem três tipos de indicadores de caracterização da origem das populações: (i) os indicadores de origem nacional, (ii) os indicadores de origem étnico-nacional, e (iii) os indicadores de origem étnico-racial – para mais detalhes consultar a página 4. Esta distinção é organizadora na análise que se realiza.

---

estatísticas de cada país sobre as alterações que foram realizadas, por exemplo, que variáveis deixaram de estar disponíveis, utilizando-se como fonte de informação para completar os Quadros 2 e 3.

**Quadro 2.** Indicadores sobre a origem das populações recolhidos nas estatísticas oficiais nos países europeus

País	Mod. censitária	Ano da recolha consultada	País de nascimento	País de cidadania	País de nascimento dos pais	País de cidadania dos pais	Língua materna	Língua falada em casa	Religião	Nacionalidade	Etnicidade	Origem racial
Albânia	CC	2022	X	X			X		X		X	
Alemanha	CComb	2022	X	X	X				X			
Arménia	CC	2011	X	X			X		X		X	
Áustria	CComb	2021	X	X	X				X			
Bélgica	CComb	2001	X	X								
Bielorrússia	CC	2019	X	X			X	X		X		
Bósnia e Herzegovina	CC	2013	x	x					X	X	(afiliação étnico-nacional)	
Bulgária	CComb	2021	X	X			X		X		X	
Chipre	CC	2021	X	X	X		X		X		X	
Croácia	CC	2021	X	X			X		X	X		
Dinamarca	CRAAdmin	---	X	X	X	X						
Escócia	CComb	2022	X					X	X	X		X
Eslováquia	CComb	2021	X	X			X		X		X	
Eslovénia	CRAAdmin	---	X	X	X							
Espanha	CComb	2011	X	X	X		X	X				
Estónia	CComb	2021	X	X	X		X		X		X (nacionalidade étnica)	
Finlândia	CRAAdmin	---	X	X			X					

França	RC	2023	X	X						
Georgia	CC	2014	X	X		X		X		X
Grécia	CC	2011	X	X	X					
Hungria	CComb	2022	X	X		X	X	X	X	
Inglaterra	CComb	2021	X			X		X	X	X
Irlanda	CComb	2021	X	X			X	X		X
Irlanda do Norte	CComb	2021	X			X		X	X	X
Itália	CComb	2021	X	X	X					
Letónia	CRAdmin	2022	X	X						X
Lituânia	CComb	2021	X	X		X		X		X
Luxemburgo	CC	2011	X	X						
Macedónia do Norte	CComb	2021	X	X		X	X	X		X
Malta	CComb	2021	X	X						x
Moldávia	CC	2004	X	X		X		X		X
Montenegro	CC	2011	X	X		X		X		X
Noruega	CRAdmin	---	X	X	X					
País de Gales	CComb	2021	X	X		X		X	X	X
Países Baixos	CComb	2011	X	X	X			X		
Polónia	CComb	2021	X	X			X	X	X	(afiliação étnico-nacional)
Portugal	CC	2021	X	X				X		
Rep.Checa	CComb	2021	X	X		X		X		X

Roménia	CComb	2021	X	X		X		X	X
Rússia	CC	2010	X	X		X			X
Sérvia	CC	2022	X	X		X		X	X
Suécia	CRAdmin	---	X	X	X				
Suíça	CComb	2021	X	X	X		X	X	
Turquia	CRAdmin	2021	X	X					
Ucrânia	CC	2001	X	X		X			X

Fontes: ver anexo I

**Quadro 3.** Países que recolhem dados relativos à etnicidade, “raça” ou nacionalidade e respetivas categorias

País	Categorias usadas
Albânia	<i>Grupo étnico-cultural:</i> (resposta aberta)
Arménia	<i>Etnicidade:</i> Arménia, 2.Yazidi; 3. Russa; 3.Assíria; 4.Grega; 5.Ucraniana; 6.Curdo 7.Polaca; 8.Bielorrusa; 9.Georgiano; 10. Judaica; 11.Alemã; 12.Persa; 13.O 14.Recusa dar resposta.
Bielorrússia	Nacionalidade (a que considera pertencer) – 1.Bielorrusa; 2.Russa; 3.Polaca; 4.Ucraniana; 5.Outra; 6.Recusa em denominar a nacionalidade.
Bósnia e Herzegovina	<i>Afiliação étnico-nacional:</i> 1.Bósnia; 2.Croata; 3.Sérvia; 4.Não declara; 5.Outra
Bulgária	<i>Grupo étnico:</i> 1.Búlgara; 2.Turca; 3. Roma; 4.Outra; 5.Não declara
Chipre	<i>Grupo étnico/religioso:</i> 1.Grego Cipriota; 2.Arménio; 3.Maronita; 4.Latino; 5.Turco Cipriota
Croácia	Nacionalidade: (resposta aberta)
Escócia	<i>Identidade nacional:</i> 1.Escocês; 2.Inglês; 3.Galês; 4.Norte Irlandês; 5.Britânico; 6. Outra (especifique); <i>Grupo étnico:</i> 1.Branco; 2. Grupos étnicos múltiplos e mistos; 3. Asiático; Escocês Asiático ou Britânico Asiático; 4.Africano; 5. Caribenho ou Negro; 6. C grupo étnico.
Eslováquia	<i>Etnicidade:</i> 1.Eslovaca; 2.Ruténia; 3.Alemã; 4.Sérvia; 5.Maronita; 6.Húngara; 7.Ucraniana; 8.Polaca; 9.Russa; 10.Búlgara; 11.Roma; 12.Checa; 13.Cr 14.Judaica; 15.Outra.
Estónia	<i>Nacionalidade étnica:</i> 1.Estónia; 2.Russa; 3.Ucraniana; 4.Bielorrusa; 5.Finlandesa; 6.Outra etnicidade (especifique)); (Nº de avós que são naturais da Estónia)
Georgia	<i>Etnicidade:</i> 1.Georgiana; 2. Osseta; 3.Russa; 4.Abecásia; 5. Azarbeijana; 6.Arménia; 7.Outra (especifique); 8.Recusa em responder
Hungria	<i>Nacionalidade:</i> 1.Húngara; 2.Búlgara; 3.Roma; 4.Grega; 5.Croata; 6.Polaca; 7.Alemã; 8.Arménia; 9.Romena; 10.Ruténia; 11.Sérvia; 12.Eslováquia; 13.Eslov 14.Ucraniana; 15.Árabe; 16.Chinesa; 17.Russa; 18.Vietnamita; 19.Outras (especifique); 20. Não pretende responder à questão. Questiona ainda se tem alg outra nacionalidade (dando a possibilidade de ter dupla pertença nacional).
Inglaterra	<i>Identidade nacional:</i> 1.Inglês, 2.Galês, 3.Escocês, 4.Irlandês do Norte; 5.Britânico, Outra (especifique). <i>Grupo étnico:</i> 1. Branco; 2. Grupo étnico misto ou múltiplo; 3. Asiático/Britânico Asiático; 4. Negro/Africano/Caribenho/Britânico Negro; 5. Outro

Irlanda	<i>Background étnico ou cultural:</i> 1.Branco; 2. Negro ou Negro Irlandês; 3.Asiático ou Irlandês Asiático, 4. Outro (incluindo background misto).
Irlanda do Norte	<i>Identidade nacional:</i> 1.Britânico;2.Inglês; 3.Irlandês; 4.Escocês;5.Irlandês do Norte;6.Galês;7.Outra (especifique). <i>Grupo étnico:</i> 1. Branco; 2.'Irish Traveller'; 3.Indiano; 4.Negro Africano; 5.Grupo étnico misto (especifique); 6.Chinês; 7.Roma; 8.Filipino; 9.Outro Negro; 10.C grupo étnico (especifique)
Letônia	<i>Etnicidade:</i> (resposta aberta)
Lituânia	<i>Etnicidade:</i> 1. Lituâna;2. Polaca; 3.Russa; 4. Bielorrusa; 5.Outra (especifique); 6. Prefere não declara
Macedónia do Norte	<i>Afiliação étnica</i> (resposta aberta)
Malta	<i>Origem racial</i> (de acordo com os pais biológicos): 1.Caucasiana; 2.Asiática; 3.Africana; 4.Árabe; 5.Hispanica ou Latina; 6.Outra; 7.Mais do que uma origem rac
Moldávia	<i>Etnicidade:</i> 1.Moldava; 2.Ucraniana; 3.Russa; 4.Gagauz; 5.Romena; 6.Búlgara; 7.Roma; 8.Outras etnicidades; 9.Não declara
Montenegro	<i>Afiliação étnica</i> (resposta aberta)
País de Gales	<i>Identidade nacional:</i> 1.Inglês, 2.Galês, 3.Escocês, 4.Irlandês do Norte; 5.Britânico, 6.Outra (especifique) <i>Grupo étnico:</i> 1. Branco; 2. Grupo étnico misto ou múltiplo; 3. Asiático/Britânico Asiático; 4. Negro/Africano/Caribenho/Britânico Negro; 5. Outro
Polónia	<i>Afiliação étnico-nacional</i> 1.Polaca; 2.Bielorrusa; 3.Checa; 4.Karaim; 5.Lituana; 6.Lemko; 7.Alemã; 8.Arménia; 9.Romena; 10.Russa; 11.Eslovaca; 12.Tár 13.Ucraniana; 14.Judaica; 15.Outra (especifica). Há ainda uma questão sobre outra afiliação a outra nação ou etnia
República Checa	<i>Etnicidade:</i> (resposta aberta)
Roménia	<i>Grupo étnico</i> (pertença): (resposta aberta)
Rússia	<i>Afiliação étnica:</i> (resposta aberta)
Sérvia	<i>Etnicidade:</i> (resposta aberta)
Ucrânia	<i>Origem étnica:</i> (resposta aberta)

Fontes: ver anexo I

Da análise global da informação relativa aos sistemas de classificação e categorização utilizados nas estatísticas oficiais dos 45 países europeus analisados, constatou-se que:

(i) A maioria dos países (26) recolhe dados sobre as características étnico-nacionais, destes 26 apenas 4 – Inglaterra, Escócia, País de Gales, Irlanda do Norte, desde 1991, – recolhem dados étnico-raciais.<sup>7</sup> Ao grupo de países que recolhe dados étnico-raciais juntam-se ainda a Irlanda, desde 2006, e a Malta, desde 2021. Embora nestes 6 países, com exceção de Malta, a questão subjacente à recolha de dados interrogue o “grupo étnico”, o conteúdo é de carácter “racial”, distinguindo-se assim dos restantes países que questionam o mesmo mas procurando características étnico-nacionais.

(ii) Os restantes 17 países<sup>8</sup> recolhem pelo menos uma das denominadas variáveis *proxy* ou indicadores de origem nacional que fazem referência a aspetos da ancestralidade, descendência e origem imigrante, e que pretendem e permitem, de alguma forma, analisar a origem das populações. Por este motivo, as estatísticas referentes ao estatuto imigrante, que têm por base indicadores como a naturalidade do próprio e dos progenitores, também são utilizadas para falar sobre diversidade e origem, uma vez que em alguns países esta é a única informação disponível (Balestra e Fleischer, 2018).<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Os restantes países deste grupo são: Albânia, Arménia, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Chipre, Croácia, Eslováquia, Estónia, Geórgia, Hungria, Letónia, Lituânia, Macedónia do Norte, Moldávia, Montenegro, Polónia, República Checa, Roménia, Rússia, Sérvia, Ucrânia.

<sup>8</sup> Estes países são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia. Importa referir que na Eslovénia nos censos anteriores foram recolhidos dados sobre a etnicidade, mas com a implementação dos censos baseados em registos administrativos a partir de 2021, a recolha deixou de ser possível.

<sup>9</sup> Note-se que seis destes países não recolhiam o país de nascimento dos pais, o que não permite captar a ascendência direta e distinguir os imigrantes de primeira geração da segunda geração. Embora o cruzamento entre país de nascimento e país de cidadania também torne concebível delimitar a população imigrante que já é nacional do país, mas com país de nascimento estrangeiro, estes indicadores são mais falíveis porque não captam indivíduos que nasceram no país de acolhimento, adquiriram cidadania desse mesmo país, mas têm pais com origem imigrante, ou seja, não capta os descendentes de imigrantes e não permite captar indiretamente as origens do indivíduo.

Dentro do conjunto de países que recolhe informação de origem étnico-nacional (ver Quadro 2), há uma sobreposição entre os conceitos de nacionalidade e etnicidade, sendo os dois utilizados como sinónimos em referência às minorias étnicas, em 22 países – Albânia, Arménia, Bulgária, Chipre, Eslováquia, Geórgia, Letónia, Lituânia, Macedónia do Norte, Moldávia, Montenegro, República Checa, Roménia, Rússia, Sérvia e Ucrânia – esta informação é recolhida questionando a *eticidade* do indivíduo, e nos restantes sete países questionam a nacionalidade – Bielorrússia, Croácia, Escócia, Estónia, Hungria, Inglaterra, Irlanda do Norte, País de Gales – ou a *afiliação étnico-nacional* na Bósnia-Herzegovina e na Polónia e *nacionalidade étnica* na Estónia. O conceito de nacionalidade nestes países europeus é diferente daquele que é utilizado nos restantes países europeus, isto é, não corresponde ao país de cidadania: por exemplo, na Hungria uma pessoa que tenha cidadania eslovaca pode pertencer a uma das 18 nacionalidades (ou, mais concretamente, minorias nacionais). Importa ainda mencionar que a maioria dos países que recolhem dados de origem étnico-nacional referem-se a minorias nacionais, tendo como propósito o processo de construção da nação e a manutenção das minorias nacionais dentro do estado-nação, inclusive no caso dos países que recolhem dados questionando a etnicidade, somente os países pertencentes ao Reino Unido e a Irlanda identificam/utilizam categorias referentes a minorias relacionadas com a imigração (Simon, 2012).

Importa ainda destacar quatro divergências importantes:

(i) Os países pertencentes ao Reino Unido recolhem uma variável complementar ao 'grupo étnico' (que diz respeito a características no âmbito da "raça") que é a *identidade nacional*. Esta variável tem opções semelhantes às que são recolhidas sobre o termo *eticidade* ou *nacionalidade* nos restantes países (ver Quadro 3);

(ii) A diferente conceptualização da etnicidade/nacionalidade e a diversidade de terminologias seja na forma como é feita a questão (ex.: 'afiliação

étnico-nacional'; 'grupo étnico'; 'grupo étnico/religioso'; 'origens étnico-cultural'), seja nas categorias disponíveis<sup>10</sup> (consultar o Quadro 3). Apenas 10 países (dos 26 que recolhem dados sobre características étnico-nacionais) têm resposta aberta – Albânia, Croácia, Letónia, Macedónia do Norte, Montenegro, República Checa, Roménia, Rússia, Sérvia e Ucrânia. Esta questão não é de resposta obrigatória em nenhum país, de forma a preservar o direito de qualquer pessoa que pertence a uma minoria nacional de escolher ser tratada ou não como tal (Artigo 3 da Convenção Quadro para a Proteção das Minorias nacionais<sup>11</sup>). Apenas no Chipre, na Eslováquia, na Estónia e na Polónia, não existe a opção de não declarar a sua etnicidade/nacionalidade. Além dos países com resposta aberta, existe ainda um conjunto de países que, independentemente do número de categorias pré-fixas, dá a hipótese de especificar 'outra' (Bielorússia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Croácia, Estónia, Georgia, Hungria, Irlanda, Lituânia, Moldávia, Polónia);

(iii) Os censos diferem no reconhecimento da etnicidade e/ou raça como uma crença subjetiva ou um facto objetivo: alguns países tratam-na como um aspeto subjetivo da identidade, perguntando "pensas", "consideras", "acredita ser ou pertencer a", "identifica-se", e outros, como os países do Reino Unido, a pergunta é: "qual é o teu grupo étnico?". Alguns países nem colocam a questão, só referem "Grupo étnico". Regra geral, na Europa não há obrigatoriedade, como referido previamente, e a escolha é feita através da autoidentificação;

(iv) Apesar de ser mais usual nos questionários dar a opção ao indivíduo de escolher duas origens, como, por exemplo, na Hungria e na Polónia, no Reino Unido e na Irlanda foram adicionadas categorias mistas a partir do censo de 2001 (todas as combinações têm a categoria "Branco" – "Branco e Negro Caribenho", "Branco e Negro Africano", "Branco e Asiático" e ainda a opção "Outro").

---

<sup>10</sup> Villaroel et al. (2019) refere que os países recolhem dados étnico-nacionais com diferentes "granularidades", conforme o número de categorias pré-fixas, sendo menos granular quando são poucas as categorias de resposta aberta.

<sup>11</sup> Disponível [aqui](#).

Por último, importa referir que as questões da língua e da religião são amplamente consideradas pelos países europeus, nuns casos em resposta-aberta e noutros com categorias pré-fixas. As questões referentes à língua subdividem-se em pelo menos uma destas dimensões: a língua materna, a língua falada em casa, a língua principal, a língua falada no trabalho e/ou língua falada na escola. Estas questões podem constituir-se indicadores indiretos da origem étnica, nacional e/ou racial do indivíduo, contudo, são questões de carácter voluntário e, por isso, as taxas de não-respostas podem ser elevadas, contribuindo para falta de representatividade nestas variáveis e tornando os dados inúteis para procedimentos estatísticos. No entanto, em alguns casos, estas variáveis podem ser úteis na caracterização da diversidade cultural e proporcionar informação sobre as minorias étnicas nacionais, como acontece na Finlândia. Neste país, a Lei da Língua Sámi (1086/2003)<sup>12</sup> permite que a minoria Sámi use a sua língua para interagir com os municípios, as autoridades regionais e locais da sua área, assim como com os tribunais dos municípios. Para efetivamente se concretizar esta possibilidade, são recolhidos dados sobre a primeira língua de cada residente, que podem ser consultados pelas autoridades. Apesar desta lei não ter sido implementada especificamente para fins de antidiscriminação, funciona neste sentido ao facilitar a sua participação na esfera pública (Al-Zubaidi, 2021: 70).

## OS CENSOS EM PORTUGAL

Em Portugal, os Censos realizam-se de 10 em 10 anos desde o ano de 1890, com algumas exceções. Nestes censos são apenas recolhidos dados sobre a origem nacional, dispondo de indicadores como a naturalidade e a cidadania do indivíduo, de resposta obrigatória, e, enquanto indicador proxy de origem étnico-nacional são apenas recolhidos dados sobre a religião, mas de resposta voluntária. Na

---

<sup>12</sup> Disponível [aqui](#).

preparação do Censos 2021, teve lugar um debate sobre a eventual recolha de dados étnico-raciais. Para o efeito, foi criado um Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões Étnico-Raciais (Despacho n.º7363/2018), que incluiu membros da academia, do Comité Consultivo da Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais, da Associação de Imigrantes do Grupo Teatro do Oprimido de Lisboa, da Associação Letras Nómadas, da Casa do Brasil, das Secretárias de Estado para a Integração e as Migrações e para a Cidadania e Igualdade, do SOS Racismo, da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial e da Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas.<sup>13</sup> Embora tenha resultado a decisão de não inserção de uma questão étnico-racial, o Grupo de Trabalho para a Prevenção e o Combate ao Racismo e à Discriminação (criado pelo Despacho n.º309-A/2021)<sup>14</sup> elaborou um *Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente (ICOT)*, no âmbito do Instituto Nacional de Estatística (INE), com o objetivo de colmatar a ausência de dados deste carácter. Os dados resultantes do inquérito piloto neste âmbito servirão para apoiar a elaboração de um questionário mais completo a ser adotado na operação estatística principal, com o propósito, em última instância, de contribuir para a construção de políticas de antidiscriminação, como acontece nos países em que são recolhidos.

Em termos de conteúdo, este inquérito tem enfoque na pertença/identificação étnica, nas trajetórias geracionais e nas condições de vida objetivas.<sup>15</sup> A origem foi operacionalizada através de uma questão de autoclassificação com escolha múltipla, sendo dadas oito categorias: 'Asiático',

---

<sup>13</sup> Realizou um plano de observação qualitativa (oito *focus group*) e quantitativa (inquérito por questionário) com o objetivo de conhecer a opinião da sociedade portuguesa, especialmente das comunidades de afrodescendentes, ciganos e imigrantes, sobre a recolha de dados étnico-raciais nos Censos de 2021, assim como sobre as categorias e modelos possíveis de recolha de dados. Para mais informação consultar [aqui](#).

<sup>14</sup> Este Grupo resulta do percurso iniciado pelo Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões Étnico-Raciais – do conjunto de recomendações que emitiu e do debate público que desencadeou.

<sup>15</sup> O inquérito-piloto decorreu durante 2021 com uma amostra aleatória de 3.434 unidades de alojamento na Área Metropolitana de Lisboa, com o objetivo de inquirir apenas uma pessoa por alojamento com idade entre os 18 e os 74 anos (método do último aniversário).

'Branco', 'Cigano/Roma', 'Negro', 'Origem ou pertença mista', 'Não se revê em nenhum destes grupos', 'Prefere não responder' ou 'Não sabe'. É dada a indicação auxiliar de que a pessoa deve pensar nas características ou traços que definem a história e origem pessoal e da família em termos culturais, geográficos, religiosos, de costumes, e em termos de pertença a uma comunidade ou grupo e indicar a que grupo considera pertencer. No caso de "Origem ou pertença mista" ou de não se rever em nenhum dos grupos mencionados é pedido esclarecimento ao respondente. Por último, importa referir que neste inquérito piloto também é operacionalizada a origem através de questões referentes à naturalidade do inquirido e dos seus ascendentes, até à terceira geração. Esta é também uma inovação porque nos Censos de Portugal não é questionado o país de nascimento dos progenitores, não possibilitando a análise da origem nacional de forma mais alargada, i.e. tendo em conta a ascendência do indivíduo, uma prática que é comum em alguns países europeus.

A falta de consenso sobre a pertinência da recolha de elementos de identificação étnico-nacional e étnico-racial atravessa a sociedade portuguesa, incluindo entre os grupos identificados como minoritários, tendo-se destacado na oposição a esta inclusão de dados, no Censos de 2021, os representantes das associações de etnia cigana e alguns elementos racializados que participaram nos grupos focais, como se verifica neste depoimento de uma participante guineense do sexo feminino disse:

"os movimentos afrodescendentes não podem se basear na cor da pele porque eles são os primeiros a invocar que as pessoas são discriminadas em função da cor da pele. Porque é que hão de obrigar as pessoas – isto é o meu ponto de vista. Porque é que hão de sugerir que faça-se essa discriminação no próprio censo? Porque é isso que nós estamos aqui... – não sei se reparou – estamos aqui a tentar evitar precisamente. É isso que nós estamos aqui, com os nossos pontos de

vista, estamos a tentar – pelo menos eu – a que haja essa discriminação a dizer: ‘Não, és preta ou és branca’, não é? (..) É discriminatório” (Anexos GT, 2020)<sup>16</sup>

Além disso, em Portugal, na recolha de dados realizada pelo GT foi ainda verificado que: (i) os indivíduos de origem asiática recusaram-se a participar nos focus group e no inquérito por questionário, assim como a responder a questões desta natureza; (ii) no inquérito por questionário, além de uma pergunta fechada sobre o grupo étnico-racial, onde o indivíduo tinha de optar por uma categoria, existia igualmente, e primeiramente (em termos de listagem no inquérito), uma questão aberta sobre a pertença étnico-racial. Na resposta os indivíduos autocategorizaram-se em termos nacionais (55%) ou geográficos (8%), revelando dificuldades na compreensão da pergunta, e o que leva a deduzir-se que a maioria dos indivíduos não se identifica em termos étnico-raciais. A autocategorização em termos étnico-raciais apenas acontece quando os inquiridos foram convidados a repetir a sua resposta usando a grelha de respostas pré-estabelecida.

Estas situações comprovam que nem todas as origens nacionais sentem o desejo de as estatísticas nacionais recolherem informação sobre a sua origem étnico-nacional ou étnico-racial, nem existe uma autoidentificação direta nesses termos. Também Piketty (2021: 263) menciona que, no caso francês, alguns inquéritos revelaram que os indivíduos se sentiam desconfortáveis com o facto de terem de se identificar no contexto de categorias étnico-raciais, sendo muito mais forte esse desconforto entre as pessoas de origem norte-africana do que entre as de origem subsariana ou antilhana (Simon e Clément, 2006 em Piketty, 2021).

---

<sup>16</sup> Consultar detalhadamente [aqui](#).

## **2. AS CLASSIFICAÇÕES E AS CATEGORIZAÇÕES DA ORIGEM POPULAÇÕES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Qualquer esquema ou processo de classificação é caracterizado por comparações. Como afirma Mateus (2013b: 3): “Categorizar singulariza, consagra diferenças e revela uma determinada conceção da realidade.”. Categorizar envolve um processo de simplificação em que existe a tendência para “(...) exagerar as diferenças entre itens que se encontram em diferentes categorias e minimizar as diferenças no interior de cada categoria (...) (Princípio do Metacontraste)” (Vasconcelos, 2004: 52). As categorias resultam de processos de classificação de inclusão em termos de uniformidade e semelhança, em que existe uma universalização de determinadas propriedades (Vasconcelos, 2004: 52).

Lessard-Philips et al. (2017: 40-43) identificam três principais esquemas comparativos de classificação e de categorização utilizados na produção de conhecimento sobre os indivíduos com origem imigrante: (i) a comparação *dicotómica maioria-minoria*, uma forma clássica de categorização, (ii) a comparação *geracional*, e (iii) a comparação *entre e intra grupos*. Estes esquemas não são mutuamente exclusivos, há estudos que utilizam os três tipos.

O primeiro esquema concretiza-se na distinção, principalmente, entre, por um lado, as categorias que caracterizam o grupo maioritário – nacionais, autóctones ou nativos – e, por outro lado, categorias referentes ao grupo minoritário – imigrantes, estrangeiros, minoria étnica ou descendentes de imigrantes. As categorias escolhidas variam conforme os objetivos dos estudos e a informação base à sua delimitação, por exemplo, um grupo de nacionais incluiria os indivíduos com nacionalidade do país de acolhimento, enquanto um grupo de autóctones abrangeria apenas os indivíduos que o próprio e os seus progenitores tenham naturalidade do país em causa. Este esquema é tipicamente dicotómico e surge regularmente no discurso público e político.

Na produção científica, regra geral, são também usadas outras categorias que permitem aprofundar e detalhar as análises, assim como tentam ultrapassar as visões potencialmente reducionistas e essencialistas (homogeneizadoras) das comparações que empregam categorias dicotómicas. De acordo com Behtoui *et al.* (2019), há uma diferença entre as categorias utilizadas na produção de relatórios estatísticos de carácter administrativo, predominantes no discurso político e público, e as categorias empregues na produção académica/científica. Ainda que por vezes se sobreponham, as categorias na produção científica são utilizadas de forma mais rigorosa, controlando o efeito de outras variáveis referentes ao *background* social dos indivíduos, como a classe social, a estrutura familiar, assim como diferenciam subgrupos dentro da categoria de origem imigrante (ou seja, há uma maior granularidade). Por exemplo, no domínio da educação, da imigração e da etnicidade, vários estudos revelam que as variáveis de caracterização social, como, a posição socioeconómica dos pais, são cruciais na explicação do desempenho escolar (por exemplo, Jackson, 2012: 190; Seabra, 2010: 77; Demack, Drew e Grimsley, 2000: 188). A homogeneidade do grupo de imigrantes no contexto escolar é um mito que já foi revelado em vários estudos, como por exemplo: em Portugal, a heterogeneidade dos alunos de origem dos PALOP (Abrantes e Roldão, 2019; Seabra *et al.*, 2015) e na Suécia a heterogeneidade da performance das origens nacionais (Behtoui *et al.*, 2019). A mesma heterogeneidade ficou patente quando segmentam as gerações, demonstrando como variáveis referentes à idade, no momento da imigração, e o tipo de ascendência, entre outras, têm efeitos diferenciados no desempenho escolar, assim como na integração noutras esferas da vida social Rumbaut (2006).

As categorias pertencentes ao segundo esquema comparativo – *comparação geracional* – são tipicamente usadas na produção científica sobre descendentes de imigrantes e visam empregar subcategorias, como a idade no momento da imigração e o tipo de ascendência. Esta operação assenta na suposição de que,

tanto o estágio de desenvolvimento da criança ou jovem no momento da imigração, como os diferentes tipos de ascendência, produzem efeitos nos processos de adaptação e de mobilidade social imigrante, representando uma herança migratória que desempenha um papel no processo de integração (Lessard-Philips et al., 2017).

Numa sistematização elaborada por Mateus (2013a: 44) são identificadas as designações geracionais mais frequentes. A autora releva ainda que existem outras formas de partição deste grupo “(com graus variáveis de consenso, convergência, agregação e divisão) designações que tendem a diferenciar-se, unir-se, intersetar-se e sobrepor-se— tomando em conta outras especificidades geracionais”. As mais utilizadas distinguem entre a *primeira geração* e a *segunda geração*, correspondentes à divisão, de entre os indivíduos com pelo menos um dos progenitores nascidos no estrangeiro, entre os que nascem nos países de origem e os que são naturais do país de acolhimento, respetivamente. A diferença entre estes dois grupos face à sociedade de acolhimento é significativa, visto que “a segunda geração nasceu na sociedade de imigração e, contrariamente aos seus pais e às crianças da geração *in-between* [definida posteriormente], eles não têm uma experiência migratória. Não precisam de se adaptar a uma sociedade que lhes é nova.” (Crul e Schneider, 2010: 1251). Nos Estados Unidos, de acordo com Rumbaut (2006: 1665), a primeira geração diz respeito às pessoas que imigraram em adultas, ou seja, nascidas num país estrangeiro, ainda que tecnicamente o termo inclua os nascidos no estrangeiro independentemente da idade de chegada ao país de acolhimento, enquanto a segunda geração integra os que nasceram no país e aqueles que foram socializados no país, mesmo que tenham nascido fora, filhos de pais nascidos no estrangeiro. Neste contexto, por vezes é integrada na segunda geração os indivíduos que chegaram numa idade precoce ao país de acolhimento, como acontece em Portes e Rumbaut (2001), embora a definição mais

generalista distinga simplesmente entre os indivíduos com ascendência imigrante que nasceram e não nasceram no país de acolhimento dos progenitores.

Alguns estudos desdobram estas gerações (ver Quadro 4), como dá conta Mateus (2013a) e Rumbaut (2006), embora não exista consenso no seu significado e na sua medição. No caso da primeira geração, os números associados à geração correspondem essencialmente a intervalos de idade que revelam ser significativos no processo de adaptação e integração na sociedade de acolhimento, tendo efeitos, no caso da dimensão educativa, na trajetória escolar. Complementarmente, as gerações 2.0 e 2.5 distinguem-se-iam pelo *tipo de ascendência*: a primeira corresponde ao grupo de descendentes com apenas um progenitor com naturalidade estrangeira e a segunda aos que têm ambos os pais com naturalidade estrangeira. Outros estudos alargam ainda mais a noção de origem migrante e integram a *terceira geração* que recobre as situações em que os indivíduos e os progenitores nasceram no país de acolhimento e, pelo menos, um dos avós tem naturalidade estrangeira, incluindo neste segmento os autóctones e os filhos de descendentes de imigrantes – ver, por exemplo, Rumbaut, Massey e Bean (2006), com base no projeto *Immigration and Intergenerational Mobility in Metropolitan Los Angeles* (IIMMLA), em que a população em estudo vai até a terceira geração. Em Portugal, como mencionado na secção prévia, o inquérito piloto às *Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente* (ICOT) também questionou o país de nascimento dos avós. Após a aplicação do inquérito final, será possível a utilização desses dados em projetos de investigação, ou para outras finalidades, delimitando a população de origem imigrante de forma ainda mais ampla.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Note-se que não é usual inquéritos de âmbito estatal questionarem o país de nascimento dos avós, sendo comum este uso em inquéritos com finalidades científicas sobre a temática dos descendentes de imigrantes, como caso do IIMMLA e de Seabra (2010).

**Quadro 4.** Segmentação do estatuto geracional

1ª Geração	Tem com nacionalidade estrangeira
1.25	Tem com nacionalidade estrangeira e chega ao país de acolhimento entre os 13 e os 17 anos
1.5	Tem com nacionalidade estrangeira e chega ao país de acolhimento entre os 6 e os 12 anos ( <i>in-between</i> )
1.75	Tem com nacionalidade estrangeira e chega ao país de acolhimento entre os 0 e os 5 anos
2ª Geração	Tem nacionalidade no país de acolhimento e tem um ou dois progenitores com nacionalidade estrangeira
2.0	Tem nacionalidade no país de acolhimento com dois progenitores com nacionalidade estrangeira
2.5	Tem nacionalidade no país de acolhimento com um progenitor com nacionalidade estrangeira
3ª Geração	Tem nacionalidade do país de acolhimento com ambos os progenitores nascidos no país de acolhimento e pelo menos um dos avós com nacionalidade estrangeira

Fonte: Adaptação de Mateus (2013a) e Rumbaut (2006).

O terceiro esquema comparativo – a comparação *entre e intra grupos* – pretende avaliar a heterogeneidade de um grupo que emerge de um processo de classificação ou de categorização. Neste âmbito podem ser criados subgrupos de acordo com as origens nacionais ou as condições sociais, e relacionando-as. A heterogeneidade *intramigrante* pode estar relacionada com especificidades da história emigratória de cada país, com variáveis estruturais da caracterização sociodemográfica do país de emigração, entre outras, sendo aspetos importantes a considerar quando se estudam as populações imigrantes e seus descendentes. Além disso, a análise da heterogeneidade *intraorigem*, criando subgrupos de acordo com as condições sociais, por exemplo, é igualmente relevante para não serem retiradas conclusões generalizáveis a uma determinada origem nacional que no seu seio tem importantes clivagens sociais. Por último, é também usual, principalmente nos estudos anglo-saxónicos, encontrarmos o cruzamento entre as gerações e as categorias étnico-raciais (como substituição das origens nacionais)

(ver, por exemplo, Portes e Rumbaut, 2001; Portes e MacLeod, 1996; Portes e Zhou, 1994; Portes, Haller e Fernández-Kelly, 2008).

### **3. FRAGILIDADES E DILEMAS DOS PROCESSOS DE CLASSIFICAÇÃO E DE CATEGORIZAÇÃO**

As categorias empregues para caracterizar e estudar os indivíduos com origem imigrante transportam desafios, dilemas e problemas que devem ser pensados reflexivamente. As delimitações e os grupos que se formam com estas categorias não correspondem necessariamente às experiências reais, não são naturais, são divisões e diferenças criadas em prol de dados administrativos (de organização e vigilância da população) ou conforme os objetivos e o interesse analítico das investigações científicas.

Analisemos, agora, de forma sintética e sistemática os quatro principais problemas e dilemas dos processos de classificação e de categorização das populações imigrantes que devem ser tomados em conta reflexivamente: (i) os problemas político-jurídicos; (ii) os problemas de comparabilidade; (iii) os problemas de reducionismo; e (iv) o problema da exterioridade. Os primeiros prendem-se com os critérios político-jurídicos das categorias que são definidas através do estatuto de cidadania. As realidades captadas em cada país com o uso de dados que partem desta categorização são muito diferentes tendo consequências na comparabilidade internacional, assim como têm menos virtualidades analíticas no sentido em que não permitem esmiuçar a diversidade cultural por não terem em conta a ascendência dos indivíduos. Os segundos dizem respeito aos problemas de comparabilidade internacional e nacional devido à variedade de critérios de categorização e de classificação subjacentes à mesma categoria e à diversidade de designações para categorias resultantes de processos de categorização e de classificação idênticos. Os terceiros referem-se aos riscos de

*grupismo*, reducionismo e/ou essencialização comuns a todas as categorias que se esqueçam de cruzar abordagens culturalista e estruturalista, tornando as categorias em grupos estáticos. O quarto problema é específico dos processos de categorização dos descendentes ou filhos de imigrantes que podem envolver o risco de exterioridade e *outrismo*, se não forem consideradas a multiplicidade de referências dos indivíduos.

#### PROBLEMAS POLÍTICO-JURÍDICOS

A utilização da cidadania – nacional e não-nacional ou estrangeiro - como critério para especificar os indivíduos com origem na imigração comporta problemas político-jurídicos. As leis de atribuição e aquisição da nacionalidade variam significativamente entre os países (Honohan e Rougier, 2017: 338). No que diz respeito às leis de atribuição de cidadania, há dois princípios que os países conjugam de forma mista e diferenciada, com a prevalência em alguns países de um ou do outro: por um lado, o princípio *jus soli* (critério de solo) em que o país de nascimento garante os direitos de cidadania e, por outro lado, o princípio *jus sanguinis* (critério de consanguinidade) em que a nacionalidade é atribuída em razão da ascendência, é considerado nacional de um país aquele que tem pais nacionais do país ou outro ascendente (depende do grau de parentesco definido por cada país). Os princípios não são mutuamente exclusivos, um país pode reger-se pelo princípio *jus soli* e atribuir a nacionalidade a todos aqueles que lá nascem, assim como operar sob o princípio *jus sanguinis* e conceder a nacionalidade aos filhos de emigrantes que podem não viver no país ou que não têm contacto com o mesmo há várias gerações. Enquanto na Europa o *jus sanguinis* é prevacente, o princípio do *jus soli* tem um alcance bastante reduzido na maioria dos países europeus (Portugal e a Suécia são os únicos países em que é favorável o acesso à

nacionalidade- score entre os 80 e os 100 – nos restantes é maioritariamente desfavorável)<sup>18</sup>.

Os países em que prevalece o princípio *jus sanguinis* e com reduzidas ou nenhuma condições para a atribuição de nacionalidade de acordo com o princípio *jus soli*, revelam ter um processo de aquisição de nacionalidade mais demorado e complexo para os filhos dos imigrantes, inclusive para os que nascem no país de acolhimento. Quer isto dizer que caso os progenitores não conquistem a nacionalidade do país de acolhimento, é possível que os seus filhos (imigrantes de segunda geração), e os respetivos descendentes destes últimos (imigrantes de terceira geração), não consigam cidadania do país, mesmo nascendo lá. Este facto pode tornar-se particularmente problemático quando um jovem não adquire nacionalidade do país e pertence à terceira geração, algo comum na Suíça, de acordo com Chimienti *et al.* (2021). Fará sentido um descendente de terceira geração ser contabilizado como estrangeiro? Inversamente, nos países que seguem o princípio *jus soli*, ou em que o processo de naturalização é parcialmente facilitado, torna-se complicado uma total apreensão da realidade migratória tendo como critério o estatuto de cidadania, dado que os que se tornam nacionais são esquecidos pelas estatísticas oficiais. Por exemplo, em França, a partir da década de 90, tornou-se evidente que a cidadania não permitia estudar o efeito da origem dos alunos na dimensão educativa porque a maioria destes alunos eram filhos de imigrantes e cidadãos franceses (Behtoui *et al.*, 2019). Em Portugal também acontece o mesmo, utilizar o estatuto de cidadania significa deixar fora da contabilização os alunos com origem imigrante que adquiriram a nacionalidade do país de acolhimento, sub-representando, assim, a realidade migratória no sistema educativo. No ano letivo de 2018/2019, as estatísticas revelavam existir cerca de 6% de alunos com nacionalidade estrangeira nos ensinos básico e secundário em

---

<sup>18</sup> Ver os dados do Migrant Integration Policy Index 2020 (MIPEX) na secção 'access to nationality', disponíveis [aqui](#).

Portugal continental, mas, quando contabilizados os alunos em que pelo menos um dos pais tem origem imigrante, o valor mais que duplica, representando cerca de 15% (Seabra e Cândido, no prelo). Estas são algumas das questões que se colocam quando se tentam delimitar universos de estudo.

## PROBLEMAS DE COMPARABILIDADE

O facto de a cidadania ser definida por critérios diferenciados transporta-nos para os problemas de comparabilidade, ou seja, o universo de estrangeiros não é o mesmo, por exemplo, em Portugal e na Suíça, dois países em que as políticas de nacionalidade são tão diferenciadas. Além disso, e como foi possível verificar no estado da arte sobre as estatísticas oficiais de cada país, caso se pretenda uma comparação de indicadores de origem das populações torna-se bastante complicado pela diversidade de terminologias empregues. Evidenciam-se, assim, os problemas de comparabilidade, nacional e entre países, dos dados e das conclusões de estudos, em consequência das diferentes delimitações empregues na definição das mesmas categorias. Para além destes “desencontros”, importa salientar que as categorias criadas por cada país para caracterizar a origem das suas populações são construídas histórica e relacionalmente e, por conseguinte, a seleção de determinadas origens nacionais depende da sua presença no território, além do facto de a mesma origem nacional ter diferentes histórias migratórias de acordo com o país em que se instala. Neste quadro, nem sempre é possível uniformizar os grupos em estudo, apenas é concebível ter por base os mesmos princípios de classificação. Pode não ser igualmente desejável a comparação internacional por serem grupos potencialmente diferentes devido às condicionantes mencionada supra. Vejamos mais concretamente, como exemplos, dois problemas de comparabilidade:

(i) O caso da definição diferenciada da população pertencente a determinada categoria, nomeadamente devido aos dados sociodemográficos disponíveis. O projeto *The Integration of the European Second Generation* (TIES) compara a segunda geração de jovens adultos entre os 18 e os 35 anos, entre 2007 e 2008 em 15 cidades europeias, com foco em três origens nacionais: turca, marroquina e (ex)jugoslava. A seleção destas origens está relacionada com os fluxos migratórios, sendo importante frisar que as origens estudadas em cada país variam entre as listadas (Crul e Schneider, 2009, p.29). A principal dificuldade foi a construção de amostras comparáveis devido aos indicadores diferenciados utilizados para desenvolver o processo de amostragem: (a) registos da população considerando o país de nascimento (Suécia e Bélgica); (b) outros por ausência deste indicador, usaram a nacionalidade dos pais (Austria, Alemanha e Suécia) e, ainda, nos restantes casos recorrem aos nomes;

(ii) O caso de definições diferentes de uma mesma categoria por opção própria. Para Portes e Rumbaut (2001), um aluno *de segunda geração* é qualquer um que tenha pelo menos um dos pais nascido no estrangeiro ou que vive pelo menos há cinco anos nos Estados Unidos da América. Para Szulkin e Jonsson (2007) e Clauss e Nauck (2009) é considerado *segunda* geração os alunos com dois pais no estrangeiro. Crawley (2009) usa a mesma definição de Portes e Rumbaut. Crawley e Clauss e Nauck têm definições diferentes e pertencem ao mesmo inquérito europeu UNICEF – ‘Children in Immigrant Families in Eight Affluent Countries: Their Family, National and International Context’, com o propósito de comparação (Chimienti *et al.*, 2021).

## PROBLEMAS DE REDUCCIONISMO

Um problema comum às categorias utilizadas nos sistemas de comparação dicotómicos, de modo a distinguir entre nacionais e estrangeiros ou autóctones e

origem imigrante, é o risco de se tornarem reducionistas e essencialistas. Estas categorias são marcadas pelo seu carácter guarda-chuva, incluem sob o mesmo rótulo indivíduos de uma heterogeneidade de condições sociais, económicas, migratórias e étnicas, o que potencia o risco de homogeneização quando não controladas essas condições. A tendência em tomar grupos discretos, nitidamente diferenciados, internamente homogéneos e externamente delimitados como constituintes básicos da vida social, principais protagonistas dos conflitos sociais e unidades fundamentais da análise social, é denominado de *grupismo* (Brubaker, 2002: 164). Este autor argumenta que o *grupismo* não é uma constante, mas sim uma variável, não pode ser pressuposto pelo facto de poder reforçar diferenças que não são significativas. Por este motivo, é importante integrar uma abordagem estruturalista.

Um dos principais riscos associados ao reducionismo de categorias utilizadas para caracterizar as populações imigrantes prende-se com o enunciado culturalista, i.e. quando a especificidade da origem é utilizada para explicar diferenças e desigualdades, a desvantagem de um grupo face a outro por motivos de divergência cultural. No domínio da educação, os estudos têm evidenciado que o desempenho escolar dos alunos com origem imigrante é bastante heterogéneo: algumas origens têm níveis extremamente baixos de desempenho, enquanto outras superam a maioria da população (Jackson, 2012: 190; Seabra, 2010: 77; Demack, Drew e Grimsley, 2000: 188). Se, por um lado, estas descobertas têm sido importantes na desconstrução da conceção homogénea dos alunos com origem imigrante, sendo, atualmente, a diferenciação interna destes alunos um dado inquestionável, por outro lado, importa identificar o que possam eventualmente partilhar, por terem em comum a condição de serem considerados pela sociedade em que vivem como sendo os “outros”.

## PROBLEMAS DE EXTERIORIDADE

As categorias utilizadas para diferenciar os indivíduos com experiência migratória, direta ou indireta, – tais como “filhos/descendentes de imigrantes”, “background imigrante”, “segunda geração” – revelam ainda problemas (ou o risco) de exterioridade genealógica e reforço do *outrismo*. Este problema é bastante específico no caso dos descendentes. Estes termos implicam não-pertença e sugerem que somente o sedentarismo multigeracional em um determinado território nacional torna uma pessoa um verdadeiro cidadão (Mateus, 2013b). Esta não-pertença sugere uma ancestralidade distinta, definida pela transferência de características entre pais e filhos, colocando em causa o direito à plena pertença ao país de nascimento. Os filhos dos imigrantes tendem a experienciar *uma immigrant shadow* (“sombra imigrante” em Mateus, 2013b: 2), isto é, a atribuição de uma herança cultural e migratória que não lhes pertence diretamente e com a qual podem não se identificar.

O uso das categorias de origem acima mencionadas deve ser cuidado, de modo a não impor exterioridades por continuidade genealógica aos indivíduos que não tiveram experiência migratória (Mateus, 2013b: 13), visto que estes crescem e vivenciam um quadro sociocultural diferente do dos progenitores, ou de, pelo menos, um deles (Matias e Machado, 2006: 4; Machado, 2002: 20; Crul e Schneider, 2010: 1255). Explorar os descendentes de imigrantes obriga a conciliar as abordagens culturalista e estruturalista. A primeira diz respeito à forma variável como a herança migratória e cultural é gerida na experiência social quotidiana, evidenciando quais os efeitos dos modos de incorporação da sua família na sua trajetória individual, isto é, na sua adaptação nas várias esferas sociais (Portes *et al.*, 2008: 14-15). A segundo permite analisar a “continuidade com os pares”, averiguando-se quais as diferenças significativas, para condição social idêntica, discernindo em que casos a herança migratória e cultural revela maior importância

na explicação de determinados fenómenos (Mateus, 2013a: 39-40). Pensar os descendentes dos imigrantes empregando uma abordagem estruturalista, i.e. considerando as suas condições sociais, é o que permite atenuar a ideia da *immigrant shadow*, pois possibilita entender quais são os constrangimentos estruturais transversais aos à sua condição social, revelando, por outro lado, os específicos da sua origem nacional, étnico-nacional ou étnico-racial. Para mais, como os restantes indivíduos nativos de um determinado local, nasceram ou viveram grande parte da sua vida naquela sociedade, estando expostos aos mesmos arranjos institucionais, que terão efeito nos seus modos de integração social (Crul e Schneider, 2010).

Este tipo de categorias nos discursos público e político, e nas fontes de dados oficiais que lhes subjazem, transportam o mesmo tipo de problemas de exterioridade, como especificado previamente. Simon (2012: 1385) argumenta que a categoria *background migrante* e outras similares são soluções diplomáticas para explicitar referências a marcadores fenotípicos, culturais, nacionais ou linguísticos (Simon, 2012: 1385), não estão isentas de conclusões generalistas por continuidade genealógica e que, em alguns casos, pode reforçar aspetos negativos que não são representativos de todos os indivíduos. Hovarth (2019) e Elrick e Schwartzman (2015) constataram dois casos em que se está perante este problema de exterioridade genealógica com conotação negativa, em que há uma associação entre ser de origem imigrante e pertencer a grupos sociais desfavorecidos: (i) Hovarth (2019) constatou que, no contexto educacional, a referência a alunos com *background imigrante* por parte dos professores aparece associado apenas às origens nacionais mais desfavorecidas; (ii) Elrick e Schwartzman (2015), através de uma análise de 60 documentos parlamentares (entre 2005 e 2013) na Alemanha, verificaram que esta designação aparece, na generalidade dos casos, associada a indivíduos não-falantes da língua do país de acolhimento, pouco qualificados, pobres e desconectados da sociedade.

A categoria “primeira geração” também revela problemas apesar de não existir um risco tão elevado de *exterioridade genealógica* no sentido em que o indivíduo teve realmente uma experiência migratória. Contudo, como referido na secção anterior, existem perfis diferenciados que são agrupados nesta categoria, os quais se distinguem, por um lado, por variáveis de carácter socioeconómico, e, por outro lado, pela idade que tinham quando imigraram, e que influencia o processo de adaptação em consequência, respetivamente, de serem detentores de diferentes recursos e estarem em estádios de desenvolvimento diferenciados. Nesta lógica, alguns indivíduos, deste grupo, não experienciaram verdadeiramente um processo migratório, por terem grande parte da sua socialização realizada no país de acolhimento.

## **5. REFLEXÕES FINAIS**

O processo de classificação e de categorização é imprescindível para o ser humano pelo facto de ser o meio pelo qual incorpora a ordem simbólica e, por conseguinte, estabelece a facticidade do mundo e a sua segurança ontológica. Porém, estes processos devem ser alvo de reflexividade no sentido Bourdesiano (2001), como procedimento metodológico, quando voluntariamente conduzidos tanto no seio de investigações como na produção de estatísticas oficiais. Por um lado, as estatísticas oficiais, nomeadamente os Censos, têm um grande poder na construção da realidade, pois ao utilizarem determinadas categorias legitimam-nas e normalizam-nas. Nesta medida, a introdução de indicadores sobre a origem das populações nas estatísticas oficiais comporta o risco de serem reproduzidas socialmente e serem utilizadas para rotularem os indivíduos, com potencial agravamento das divisões sociais. O exercício de reflexividade em torno das categorias e dos esquemas de classificação empregues para abordar a origem das populações é imprescindível para se avaliar as implicações que as recolhas de dados, no sentido em que se

diferenciam conforme as categorias em que se baseiam, podem produzir, seja negativamente, como o eventual reforço de dinâmicas sociais *exclusionárias*, seja positivamente, como a implementação de medidas com vista a fomentar a igualdade de oportunidades e a discriminação positiva.

Não existe consenso sobre qual a classificação ou a categorização mais apropriada para dar conta da origem das populações, sobre que indicadores devem estar na base desse processo. Existem ainda terminologias diferenciadas para caracterizar e operacionalizar o mesmo indicador. Entende-se assim que perdura a ausência de consenso, por um lado, na forma como deve ser analisada a origem das populações, se utilizando indicadores de carácter nacional, étnico ou racial, e, por outro lado, na forma como devem ser operacionalizadas cada uma destas dimensões, nomeadamente, que categorias devem ser utilizadas. A falta de consenso é comum às estatísticas oficiais e ao conhecimento científico. Esta discussão poderia ser menos problemática se não existisse uma forte insistência, por parte das instâncias europeias, na recolha exaustiva, através de instrumentos de abrangência nacional (como os Censos ou outros) de dados étnico-raciais, na suposição que a evidência estatística é necessária e decisiva para reconhecer situações de discriminação e investir em medidas de ação positiva (ou discriminação positiva), assim como na avaliação da sua eficácia.

Mesmo sabendo que toda a categorização é redutora, como foi explicitado nos problemas de *reducionismo*, umas classificações e categorias são mais *exclusionárias* que outras. É o caso daquelas que podem ser denominadas categorias guarda-chuva que incluem sob o mesmo rótulo indivíduos de uma heterogeneidade de condições sociais, económicas, migratórias e étnicas, o que potencia o risco de homogeneização quando não controladas essas condições.

Os processos em curso na investigação sociológica têm, justamente, a vantagem de tornarem possível aprofundarmos o conhecimento sobre a origem das populações, através do cruzamento de indicadores desta natureza com as

diferentes variáveis de caracterização social presentes na informação recolhida. No entanto, a pesquisa não deixa de ser afetada pela categorização realizada em cada espaço territorial, observando-se uma continuidade com as formas de classificação e categorização de cada país: nos países anglo-saxónicos predominam os estudos sobre grupos étnico-raciais, enquanto nos restantes países europeus são analisadas as origens nacionais, baseadas na naturalidade e/ou na cidadania do indivíduo, e, em alguns casos, nomeadamente na europa central e do leste, estudam também minorias nacionais.

O debate sobre a recolha de dados *étnico-raciais* em curso nos países europeus tem revelado falta de consenso entre os vários atores envolvidos e este complexifica-se ao não existirem provas de que a categorização étnico-racial seja útil na promoção da igualdade, como nos casos dos Estados Unidos e do Reino Unido. Segundo Piketty (2021: 262), no primeiro, as categorias foram introduzidas, antes de mais, para apoiar a discriminação racial, só depois foram mobilizadas para o seu combate e, ainda assim, não alcançam resultados favoráveis. No segundo, nenhum estudo constata que a utilização dessas categorias tenha possibilitado reduzir significativamente as discriminações raciais em comparação com outros países europeus.

Como salienta Piketty (2021: 239), foram necessários séculos para definir uma base objetiva no que diz respeito à justiça fiscal, “com conceitos de rendimento, de propriedade, de tabelas e de taxas de tributação, que permitissem que se tentasse construir uma norma e uma linguagem a partir dos quais uns e outros aceitassem comparar as suas situações respetivas”. No caso da origem das populações, a procura por indicadores que permitam medir a realidade da diversidade cultural não alcançou ainda uma solução unanime, mas pode progredir-se nesse sentido. Para o efeito, importa explorar alternativas que coloquem em ação outras operações, com o objetivo de compreender quais as opções mais eficientes e avaliar os méritos e deméritos da integração nos recenseamentos de questões

étnico-raciais ou sobre a ascendência. Pode até concluir-se que, dada a natureza destes constructos sociais e dos riscos associados, a sua recolha não será vantajosa, podendo o conhecimento da situação dos imigrantes e dos seus descendentes ser obtida por inquéritos amostrais e/ou recorrendo à recolha de dados não quantitativos.

Neste quadro, importa compreender que o conhecimento da realidade não se fica pela produção de estatísticas, assim como a investigação científica não se cinge a dados quantitativos. Piketty (2021) sugere a criação de um observatório público das discriminações com o propósito de objetivar a realidade, de comunicar a cada ano o estado da situação e de orientar as políticas. A ideia passa por “realizar campanhas de testes de grande dimensão que permitam fazer comparações fiáveis no tempo e entre regiões e setores de atividade, e faça o mesmo em relação aos controlos policiais discriminatórios baseados no aspeto das pessoas e às outras formas de discriminação” (Piketty, 2021: 263). O *Observatório de Combate à Discriminação* na Grécia é um exemplo disso, assim como os desenvolvimentos no Fórum sobre Dados de Igualdade na Noruega. Um exemplo do que pode ser feito por este tipo de observatório é a aplicação anual ou bianual de um módulo do tipo do *Inquérito ao Emprego* sobre a situação dos migrantes e seus descendentes no mercado de trabalho. Esta é uma forma de recolher dados complementares aos recenseamentos e que podem informar as políticas públicas.

Complementarmente, há inúmeros estudos científicos e tantos outros que podem ser financiados com o objetivo de conhecer melhor a realidade e contribuir para informar as políticas públicas neste campo. Estes estudos podem recorrer a dados quantitativos mas também qualitativos, procurando conhecer as experiências subjetivas dos sujeitos. Importa ouvir quem imigrou, de modo a superar (parcialmente) a exterioridade e dar conta da heterogeneidade de situações que podem ser abrangidas numa categoria de origem nacional, étnica ou racial. Por exemplo, uma outra proposta feita por alguns autores (Bolzman et al., 2017) passa

pela análise longitudinal, inquirindo os indivíduos mais do que uma vez em momentos temporais diferentes, por esta proporcionar uma forma de revelar a fluidez e a natureza mutável destas categorias e permitir questionar a sua neutralidade e naturalidade. Por exemplo, uma análise longitudinal de âmbito qualitativo que possibilite a análise simultânea de questões identitárias, do trajeto de integração e dos efeitos desse trajeto nas várias esferas sociais ao longo do tempo. Pode ainda, como forma reflexiva de estudar estas categorias, objetivando-as, ser pedido aos participantes para se posicionarem face à categoria, perceber quais se identificam com essas categorias, e quais não se identificam, e se isso está relacionado com outras variáveis estruturais.

Em última instância, importa que os projetos de investigação reflitam e analisem que categorias são reveladoras de desvantagens e desigualdades: o país de nascimento, o país de cidadania, a nacionalidade/etnicidade, a religião, a cor da pele, ou todas? E em que medida as categorias usadas com o propósito de criar estatísticas de igualdade representam adequadamente e significativamente todos os grupos e indivíduos em desvantagem em relação à sua origem? Dificilmente as variáveis de caracterização da origem das populações têm um papel independente na explicação dos fenómenos de discriminação e desigualdades em diferentes campos da vida social, é fundamental estudar contextos específicos e integrar outras variáveis de caracterização sociodemográfica. Posto isto, é necessário que se procurem e criem instrumentos e indicadores que permitam a recolha de dados de caracterização da origem das populações e informem políticas públicas antidiscriminação, mas também que procurem ir para além dos números. Conhecer a realidade não passa apenas por medi-la, há outras opções, e a imaginação sociológica pode contribuir enriquecer o conhecimento desta realidade.

Para finalizar, no que diz respeito aos Censos, note-se que Portugal é um dos países europeus em que não há recolha nas estatísticas oficiais do país de nascimento dos pais, um indicador que permitiria identificar os indivíduos com

origem imigrante de acordo com a ascendência dos pais, criando-se a variável denominada *estatuto migratório* – esta prática além de existir em alguns países europeus, é comum na literatura científica e possibilitaria a analisar das populações de origem imigrante, considerando o conjunto das desigualdades sociais. Embora permaneça a falta de consenso sobre a recolha de dados étnico-raciais, este passo poderia ser avanço na recolha de dados sobre a origem das populações.

**BIBLIOGRAFIA**

- Abrantes, Pedro e Cristina Roldão, (2019), 'The (mis)education of African descendents in Portugal: Towards vocational traps?', *Portuguese Journal of Social Science*, 18(1), pp.27-55.
- Al-Zubaidi, Yamam (2020), "Some reflections on racial and ethnic statistics for anti-discrimination purposes in Europe": *European equality law review*, 2, Luxembourg, Publications Office, pp. 62-72, p. 65.
- Balestra, Carlotta e Lara Fleischer (2018), "Diversity statistics in the OECD: How do OECD countries collect data on ethnic, racial and indigenous identity?", *OECD Statistics Working Papers* no.2018/09, OECD Publishing.
- Behtoui, Alireza; Hertzberg, Fredrik; Jonsson, Rickard; Rosales, René L.; e Anders Neergaard (2019), "Sweden: The Otherization of the Descendants of Immigrants", em Peter A.J. Stevens e A. Gary Dworkin (Eds.), *The Palgrave Handbook of Race and Ethnic Inequalities in Education*, Switzerland, The Palgrave Macmillan.
- Bolzman, Claudio; Bernardi, Laura e Jean-Marie Le Goff, (2017), "Introduction: Situating children of migrants across borders and origins", em C.Bolzman, L. Bernardi, & J.-M. Le Goff (Eds.), *Situating children of migrants across borders and origins. A methodological overview*, Springer Open, pp. 1–21.
- Bourdieu, Pierre (2001), *Science de la science et reflexivité, Cours du college de France 2000-2001*. Paris: Raisons d'agir éditions.
- Brubaker, Rogers (2002), "Ethnicity without groups", *European Journal of Sociology*, 43(2), pp.163-189.
- Chimienti, Milena; Guichard, Eduardo; Bolzman, Claudio e Jean-Marie Le Goff (2021), "How can we categorise 'nationality' and 'second generation' in surveys without (re)producing stigmatisation?", *Comparative Migration Studies*, 9:29, pp.1-17.
- Clauss, Susanne e Bernhard Nauck (2009), "The situation among children of migrant origin in Germany", *Innocenti Working Paper*, no.2009–14, Florence, UNICEF Innocenti Research Centre.

Comissão Europeia (2021), *Guidance note on the collection and use of equality data based on racial and ethnic origin*, High Level Group on Non-discrimination, Equality and Diversity.

Crawley, Heaven (2009). The situation among children in immigrant families in the United Kingdom, *Innocenti Working Paper*, no.2009–18, Florence, UNICEF Innocenti Research Centre.

Crul, Maurice e Jens Schneider (2009), *The Second Generation in Europe: Education and the Transition to the Labour Market*, TIES Policy Brief, Open Society Institute

Crul, Maurice e Jens Schneider (2010) 'Comparative integration context theory: participation and belonging in new diverse European cities', *Ethnic and Racial Studies*, 33(7), pp. 1249- 1268.

Demack, Sean; Drew, David e Mike Grimsley (2000), "Minding the Gap: Ethnic, Gender and Social Class Differences in Attainment at 16, 1988-95", *Race, Ethnicity and Education*, 3(2), pp.117-143.

Department of Economic and Social Affairs Statistics Division (United Nations) (2017), *Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses, Revision 3*, New York, United Nations.

Elrick, Jennifer, e Lusia Schwartzman (2015), "From statistical category to social category: Organized politics and official categorizations of 'persons with a migration background' in Germany", *Ethnic and Racial Studies*, 38(9), 1539–1556.

Farkas, Lilia (2017), "Analysis and comparative review of equality data collection practices in the European Union. Data collection in the field of ethnicity", Bruxelas, Comissão Europeia.

Gillborn, David, (1990) "Race", *Ethnicity and Education: Teaching and Learning in Multi-ethnic Schools*, Londres, Unwin Hyman.

Grupo de trabalho Censos (2021), *Sumário do trabalho produzido pelo Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões "Étnico-Raciais"* (GT), Disponível aqui: [https://www.acm.gov.pt/-/grupo-de-trabalho-censos-2021-questoes-etnico-raciaais-](https://www.acm.gov.pt/-/grupo-de-trabalho-censos-2021-questoes-etnico-raciaais)

Honohan, Iseult e Nathalie Rougier (2018), "Global Birthright Citizenship Laws: How Inclusive?", *Netherlands International Law Review*, 65, pp.337-357.

- Hovarth, Kenneth (2019), Migration background – Statistical classification and the problem of implicitly ethnicising categorisation in educational contexts, *Ethnicities*, 19(3), pp.558-574.
- Ichou, Mathieu e Agnès van Zanten (2019), "France: The Increasing Recognition of Migration and Ethnicity as a Source of Educational Inequalities", em Peter A.J. Stevens e A. Gary Dworkin (Eds.), *The Palgrave Handbook of Race and Ethnic Inequalities in Education*, Switzerland, The Palgrave Macmillan.
- INE (2021), *Abordagem aos modelos censitários utilizados noutros países*, Gabinete para os Censos 2021.
- Jackson, Michelle (2012) "Bold choices. How ethnic inequalities in educational attainment are suppressed", *Oxford Review of Education*, 38 (2), pp. 189-208.
- Jacob, Elin K. (2004), "Classification and Categorization: A difference that Makes a Difference", *Library Trends*, 52(3), pp.515-540.
- Kasinitz, Philip; Waters, Mary C.; Mollenkopf, John, e Jennifer Holdaway (2009), *Inheriting the City: The Children of Immigrants Come of Age*, New York e Cambridge, Russell Sage Foundation.
- King, Russel, et al. (2010), *The Atlas of Human Migration. Global Patterns of People on the Move*, London, Earthscan.
- Lessard-Phillips, Laurence; Galandini, Silvia; de Valk, Helga e Rosita Fibbi (2017), "Damned if you do, damned if you don't: The challenges of including and comparing the children of immigrants in European survey data", em C. Bolzman, L. Bernardi, & J.-M. Le Goff (Eds.), *Situating children of migrants across borders and origins: A methodological overview*, Springer Open, pp. 25–53.
- Machado, Fernando L. (2002) *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando L. e Ana Raquel Matias (2006), "Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica", CIES e-Working Papers, no.13, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Mateus, Sandra (2013a) *Futuros convergentes? Processos, dinâmicas e perfis de construção das orientações escolares e profissionais de jovens descendentes de imigrantes em Portugal*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.

Mateus, Sandra (2013b), ""As classificações classificam os classificadores?" Notas sobre os processos de categorização na construção de conhecimento sobre os descendentes de imigrantes", CIES e-Working Papers, no.144, Lisboa, CIES-ISCTE.

Solano, Giacomo and Huddleston, Thomas (2020), *Migrant Integration Policy Index 2020*.

Morning, Ann (2008), "Ethnic classification in global perspective: a cross-national survey of the 2000 Census round", *Population Research and Policy Review*, 27 (2), pp. 239-272.

Oliveira, Nuno Filipe (2017), "Do multiculturalismo ao interculturalismo. um novo modo de incorporação da diversidade cultural?", *Revista Ambivalências*, 5.9, pp. 10-35.

Piketty, Thomas (2021), *Uma breve história da igualdade*, Lisboa, Temas e Debates.

Portes, A. e Rumbaut, R. 2001. *Legacies: The Story of the Immigrant Second Generation*. Berkeley: University of California Press.

Portes, Alejandro; Haller, William, e Patricia Fernández-Kelly (2008), "Filhos de imigrantes nos Estados Unidos", *Tempo Social*, 20 (1), pp.13-50.

Rumbaut, R. G. (2006). Ages, Life Stages, and Generational Cohorts: Decomposing the Immigrant First and Second Generations in the United States<sup>1</sup>. *International Migration Review*, 38(3), 1160–1205.

Schleicher, Andreas (2019), *PISA 2018: Insights and Interpretations*, OECD Publishing.

Seabra, T., e outros (2015) *Escolas que fazem melhor: o sucesso escolar dos alunos descendentes de imigrantes na escola básica - Relatório Final*, Lisboa: CIES-IUL

Seabra, Teresa (2010) *Adaptação e Adversidade: O desempenho escolar dos alunos de origem indiana e cabo-verdiana no ensino básico*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Simon, Patrick (2012), "Collecting ethnic statistics in Europe: a review", *Ethnic and Racial Studies*, 0 (0), pp. 1-26.

Simon, Patrick (2017), "The failure of the importation of ethno-racial statistics in Europe: debates and controversies", *Ethnic and Racial Studies*, 40(13), pp.2326-2332.

Simon, Patrick; Piche, Victor e Amelie A.Gagnon (2015), "The Making of Racial and Ethnic Categories: Official Statistics Reconsidered", em P.Simon, V.Piché e A.A.Gagnon (Eds.), *Social Statistics and Ethnic Diversity: Cross-National Perspectives in Classifications and Identity Politics*, IMISCOE Research Series, Springer Open, pp.1-16.

- Sowa-Behtane, E. Binational marriages in Europe. In *Kryzys Migracyjny. Perspektywa Społeczno-Kulturowa*; Akademia Pedagogiki Specjalnej: Warszawa, Poland, 2017; Volume 1, pp. 275–285.
- Suárez-Orozco, Carola e Marcelo Suárez-Orozco (2001), *Children of Immigration*, Cambridge, Harvard University Press.
- Szulkin, Ryszard, e Jan O. Jonsson (2007) 'Ethnic Segregation and Educational Outcomes in Swedish Comprehensive Schools', Working Paper 2007:2, The Stockholm University Linnaeus Center for Integration Studies (SULCIS).
- UNECE (2006), Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing, Geneva, United Nations.
- UNECE (2015), Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing, Geneva, United Nations.
- Vasconcelos, Pedro (2004), "Categorização, Identidade e Sexualidade: notas sobre a dominação", em Ana Paula Marques et. al. (coord.), *Formas Identitárias e Modernidade Tardia*, Braga, ICS-UM, pp.51-70.
- Villarroel, Nazmy; Davidson, Emma; Pereyra-Zamora, Pamela; Krasnik, Allan e Raj S.Bhop (2019), "Heterogeneity/granularity in ethnicity classifications project: the need for refining assessment of health status", *European Journal of Public Health*, 29(2), pp.260-266.

## ANEXO I

País	Fonte
Albânia	<a href="https://www.instat.gov.al/media/9143/summary-of-modules-and-definitions-census-2022_____.pdf">https://www.instat.gov.al/media/9143/summary-of-modules-and-definitions-census-2022_____.pdf</a>
Alemanha	<a href="https://www.zensus2022.de/DE/Wer-wird-befragt/Musterfragebogen_Uebersicht/Musterfragebogen_Langversion.html?nn=610864#Befragung%20an%20Wohnheimen">https://www.zensus2022.de/DE/Wer-wird-befragt/Musterfragebogen_Uebersicht/Musterfragebogen_Langversion.html?nn=610864#Befragung%20an%20Wohnheimen</a>
Arménia	<a href="https://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/quest/ARM2011enT.pdf">https://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/quest/ARM2011enT.pdf</a>
Áustria	<a href="https://www.statistik.at/en/about-us/surveys">https://www.statistik.at/en/about-us/surveys</a>
Bélgica	<a href="https://census2011.fgov.be/index_nl.html">https://census2011.fgov.be/index_nl.html</a>
Bielorrússia	<a href="https://census.belstat.gov.by/sections">https://census.belstat.gov.by/sections</a>
Bósnia e Herzegovina	<a href="https://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/quest/BIH2013enIn.pdf">https://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/quest/BIH2013enIn.pdf</a>
Bulgária	<a href="https://docs.google.com/spreadsheets/d/1jXUsF4HoxtyQNktOalNLoVT0udB-IKAW9aKhh_TJ2rs/edit#gid=0">https://docs.google.com/spreadsheets/d/1jXUsF4HoxtyQNktOalNLoVT0udB-IKAW9aKhh_TJ2rs/edit#gid=0</a>
Chipre	<a href="https://www.census2021.cystat.gov.cy/images/Census%202021%20QST-EN_.pdf">https://www.census2021.cystat.gov.cy/images/Census%202021%20QST-EN_.pdf</a>
Croácia	<a href="https://dzs.gov.hr/UserDocImages/Popis%202021/PDF/Census%20Questionnaire%202021.pdf">https://dzs.gov.hr/UserDocImages/Popis%202021/PDF/Census%20Questionnaire%202021.pdf</a>
Dinamarca	Simon (2012)

Escócia	<a href="https://www.scotlandscensus.gov.uk/documents/scotland-s-census-2022-paper-questionnaires/">https://www.scotlandscensus.gov.uk/documents/scotland-s-census-2022-paper-questionnaires/</a>
Eslováquia	<a href="https://www.scitanie.sk/en/basic-information-about-the-2021-census">https://www.scitanie.sk/en/basic-information-about-the-2021-census</a>
Eslovénia	<a href="https://www.stat.si/statweb/File/DocSysFile/8033">https://www.stat.si/statweb/File/DocSysFile/8033</a>
Espanha	<a href="https://www.ine.es/censos2021/censos2021_proyecto.pdf#page=47">https://www.ine.es/censos2021/censos2021_proyecto.pdf#page=47</a>   <a href="https://www.scitanie.sk/en/basic-information-about-the-2021-census">https://www.scitanie.sk/en/basic-information-about-the-2021-census</a>
Estónia	<a href="https://rahvaloendus.ee/en/census-2021/methodology">https://rahvaloendus.ee/en/census-2021/methodology</a>
Finlândia	Villarroel et al. (2019)
França	<a href="https://static.insee.fr/rp/rpetmoi/docs/questionnaires/BI_menages_specimen.pdf">https://static.insee.fr/rp/rpetmoi/docs/questionnaires/BI_menages_specimen.pdf</a>   <a href="https://le-recensement-et-moi.fr/cest-simple/documentDuRecensement/">https://le-recensement-et-moi.fr/cest-simple/documentDuRecensement/</a>
Georgia	<a href="https://www.geostat.ge/en/modules/categories/568/2014-general-population-census">https://www.geostat.ge/en/modules/categories/568/2014-general-population-census</a>
Grécia	<a href="https://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/quest/GRC2011grIn.pdf">https://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/quest/GRC2011grIn.pdf</a>
Hungria	<a href="https://nepszamlalas2022.ksh.hu/media/HCSO_census_2022_english.pdf">https://nepszamlalas2022.ksh.hu/media/HCSO_census_2022_english.pdf</a>
Inglaterra	<a href="https://www.ons.gov.uk/census/censustransformationprogramme/questiondevelopment/census2021paperquestionnaires">https://www.ons.gov.uk/census/censustransformationprogramme/questiondevelopment/census2021paperquestionnaires</a>
Irlanda	<a href="https://www.cso.ie/en/media/csoie/census/census2021/Sample_Census_2022_Household_Form_English.pdf">https://www.cso.ie/en/media/csoie/census/census2021/Sample_Census_2022_Household_Form_English.pdf</a>
Irlanda do Norte	<a href="https://www.nisra.gov.uk/sites/nisra.gov.uk/files/publications/2021-census-individual-questionnaire.pdf">https://www.nisra.gov.uk/sites/nisra.gov.uk/files/publications/2021-census-individual-questionnaire.pdf</a>
Itália	<a href="https://www.istat.it/it/files//2018/09/Questionario_censpop_LISTA_ING_2021-09-14.pdf">https://www.istat.it/it/files//2018/09/Questionario_censpop_LISTA_ING_2021-09-14.pdf</a>

Letónia	<a href="https://www.csp.gov.lv/en/population-and-housing-census-2021">https://www.csp.gov.lv/en/population-and-housing-census-2021</a>
Lituânia	<a href="https://osp.stat.gov.lt/en/gyventoju-ir-bustu-surasymai">https://osp.stat.gov.lt/en/gyventoju-ir-bustu-surasymai</a>
Luxemburgo	Villarroel et al. (2019)
Macedónia do Norte	<a href="https://www.stat.gov.mk/Dokumenti/Methodology_Census2021_1.pdf">https://www.stat.gov.mk/Dokumenti/Methodology_Census2021_1.pdf</a>
Malta	<a href="https://nso.gov.mt/wp-content/uploads/NSO_Census-Questionnaire_2021.pdf">https://nso.gov.mt/wp-content/uploads/NSO_Census-Questionnaire_2021.pdf</a>
Moldávia	<a href="https://statistica.gov.md/en/population-and-housing-census-in-2014-122.html">https://statistica.gov.md/en/population-and-housing-census-in-2014-122.html</a>
Montenegro	<a href="https://international.ipums.org/international/resources/census_forms/europe/me2011ef_montenegro_enumeration_form.en.sr.pdf">https://international.ipums.org/international/resources/census_forms/europe/me2011ef_montenegro_enumeration_form.en.sr.pdf</a>
Noruega	Simon (2012)
País de Gales	<a href="https://www.ons.gov.uk/census/censustransformationprogramme/questiondevelopment/census2021paperquestionnaires">https://www.ons.gov.uk/census/censustransformationprogramme/questiondevelopment/census2021paperquestionnaires</a>
Países Baixos	Simon (2012)
Polónia	<a href="https://spis.gov.pl/wp-content/uploads/2021/03/NSP2021_Wytyczne-do-samospisu_20210325_jezyk-angielski-1.pdf">https://spis.gov.pl/wp-content/uploads/2021/03/NSP2021_Wytyczne-do-samospisu_20210325_jezyk-angielski-1.pdf</a>
Portugal	<a href="https://censos.ine.pt/scripts/censos_css_js/quest/PT_Q_Individual_Censos2021_INE.pdf">https://censos.ine.pt/scripts/censos_css_js/quest/PT_Q_Individual_Censos2021_INE.pdf</a>
Rep. Checa	<a href="https://www.scitani.cz/docs/42301/0f4688f6-65a1-0aa6-3772-c119a1dbbe16/LSF_2021_vysvetlivky_EN_VZOR.pdf">https://www.scitani.cz/docs/42301/0f4688f6-65a1-0aa6-3772-c119a1dbbe16/LSF_2021_vysvetlivky_EN_VZOR.pdf</a>
Roménia	<a href="https://www.recensamantromania.ro/wp-content/uploads/2022/02/DEFINITII.pdf">https://www.recensamantromania.ro/wp-content/uploads/2022/02/DEFINITII.pdf</a>

Rússia	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/2021_Russian_census">https://en.wikipedia.org/wiki/2021_Russian_census</a>
Sérvia	<a href="https://popis2022.stat.gov.rs/media/31012/016b-p1-engleski.pdf">https://popis2022.stat.gov.rs/media/31012/016b-p1-engleski.pdf</a>
Suécia	Simon (2012)
Suíça	<a href="https://www.bfs.admin.ch/bfs/en/home/statistics/population/surveys/se/results.html">https://www.bfs.admin.ch/bfs/en/home/statistics/population/surveys/se/results.html</a>
Turquia	<a href="https://data.tuik.gov.tr/Bulten/Index?p=Population-and-Housing-Census-2021-45866&amp;dil=2">https://data.tuik.gov.tr/Bulten/Index?p=Population-and-Housing-Census-2021-45866&amp;dil=2</a>
Ucrânia	<a href="https://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/quest/UKR2001enIn.pdf">https://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/quest/UKR2001enIn.pdf</a>